

POLÍTICA

politica@gruposatarde.com.br

RECUO Bolsonaro adia reunião com líderes para amenizar insatisfações

www.atarde.com.br/politica

CAIXA-DOIS Decisão do ministro atende a pedido da procuradora-geral da República, Raquel Dodge

Marco Aurélio envia apuração sobre Onyx à 1ª instância da Justiça Eleitoral

RAFAEL MORAES MOURA E AMANDA PUPO
Estadão Conteúdo, Brasília

O ministro Marco Aurélio Mello, do Supremo Tribunal Federal (STF), decidiu ontem encaminhar ao Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul (TRE-RS) a investigação que apura suspeitas de caixa-dois feitas por delatores da J&F ao ministro-chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni. A decisão do ministro atende a pedido da procuradora-geral da República, Raquel Dodge, fundamentado a partir do novo entendimento sobre o alcance do foro privilegiado, que só deve ser aplicado para os crimes cometidos no exercício do mandato e em função do cargo.

Pesam sobre Onyx o relato e planilhas dando conta de pagamentos de R\$ 100 mil, em 2012, e R\$ 200 mil, em 2014, quando o atual ministro concorria ao cargo de deputado federal. Onyx admitiu em entrevista a uma emissora de rádio ter recebido R\$ 100 mil e pediu desculpas.

“A Lei Maior, ao prever cumprir ao Supremo julgar deputados e senadores, há de ter abrangência definida pela conduta criminosa: no exercício do mandato e ligada, de algum modo, a este último. Neste processo, constata-se que o delito imputado, apesar de supostamente cometido quando o investigado exercia mandato de deputado federal, não está relacionado ao cargo



Marcelo Camargo / Ag. Brasil

O ministro-chefe da Casa Civil de Bolsonaro admitiu em entrevista ter recebido R\$ 100 mil e pediu desculpas

atualmente ocupado – ministro-chefe da Casa Civil da Presidência da República do Brasil”, escreveu Marco Aurélio em sua decisão.

“Em síntese, estando Onyx Lorenzoni licenciado do cargo gerador da prerrogativa, cessa esta última. A situação jurídica não se enquadra na Constituição Fe-

deral em termos de competência do Supremo. Declino da competência para a primeira instância da Justiça Eleitoral do Rio Grande do Sul”, determinou o ministro.

Petição

No início de dezembro do ano passado, o ministro Ed-

Pesam sobre Onyx o relato e planilhas dando conta de pagamentos de R\$ 100 mil, em 2012, e R\$ 200 mil, em 2014, quando tentou vaga na Câmara

son Fachin, do STF, atendeu a pedido feito por Raquel Dodge e determinou a abertura de uma petição autônoma específica para analisar as acusações de caixa-dois feitas por delatores da J&F a Onyx Lorenzoni e a outros dez parlamentares que prosseguirão em foro em 2019.

Caberá à Corte eleitoral analisar e decidir sobre abertura de inquérito ou arquivamento do caso.

A petição autônoma é uma fase anterior à instauração do inquérito, quando o parlamentar passa a ser formalmente investigado.

Apurações não se relacionam ao caso que envolve Fabrício Queiroz

IMÓVEIS

MPF apurará se Flávio Bolsonaro lavou dinheiro em negociação

BRENO PIRES

Estadão Conteúdo, Brasília

O Ministério Público Federal (MPF) no Rio de Janeiro foi incumbido pela procuradora-geral da República, Raquel Dodge, de apurar se o senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ), filho do presidente Jair Bolsonaro, praticou crime de lavagem de dinheiro na negociação de imóveis.

O caso já vinha sendo investigado pela Polícia Federal, mas no MPF houve a dúvida sobre em qual instância deveria tramitar, depois de Flávio se eleger para o Senado.

A PGR, então, enviou à Procuradoria da República, levando em consideração a regra do Supremo que limita o foro se o suposto crime tiver sido cometido no mandato e em razão dele.

O que o MPF no Rio vai analisar é se as “negociações-relâmpago” de imóveis resultaram em um aumento patrimonial incompatível de Flávio, segundo as investigações da Polícia Federal.

Os fatos são apurados também do ponto de vista eleitoral. Nesse caso, a Procuradoria Regional Eleitoral no Rio de Janeiro está fazendo a análise sobre se Flávio cometeu crime ao declarar à Justiça Eleitoral imóveis com valores incompatíveis com os avaliados no mercado.

Essas apurações não estão relacionadas ao caso que envolve o ex-assessor Fabrício Queiroz, citado em relatório do Coaf.



EDITAL DE LEILÃO PRESENCIAL E 'ON-LINE' DE TERRENO - CAMAÇARI/BA
Local das leilões: Auditório Freitas - Praça da Liberdade, 130 - 10º andar - Liberdade - São Paulo/SP

Sergio Villa Nova de Freitas, Leiloeiro Oficial inscrito no RJCEP sob nº 3316, faz saber, através do presente Edital, que devidamente autorizado pelo Banco Bradesco S.A., promove a venda em Leilão (1º ou 2º) do imóvel abaixo descrito, nas datas, hora e local infraescritos, na forma da Lei 8.247/91. Localização: do imóvel: Camaçari/BA, Bairro Barra do Poço. Loteamento Marina do Rio Poço. Distrito de Monte Gordo. Rua "A" (conta no IPTU Rua das Angélicas) LT. 02 da quad. "B". Terreno 1.200,00m². Área 24,78m de 1ºº local. Obs.: Regularização de encargos perante os órgãos competentes de eventual divergência da denominação do logradouro apontado no local com a lançada no IPTU e averbada no RI, correrá por conta do comprador. Ocupado (AP): 1º Leilão: 11/03/2019, às 10h. Lance mínimo: R\$ 52.446,20. 2º Leilão: 18/03/2019, às 10h. Lance mínimo: R\$ 136.820,21. Caso não seja arrematado no 1º leilão). Condição de pagamento: à vista, mais comissão de 5% ao Leiloeiro. Da participação on-line: O interessado deverá efetuar o cadastramento prévio perante o Leiloeiro, com até 1 hora de antecedência ao evento. O fiduciante será comunicado das datas, horários e local de realização dos leilões, para no caso de interesse, exercer o direito de preferência na aquisição do imóvel, pelo valor da dívida, acrescido dos encargos e despesas, na forma estabelecida no parágrafo 2º-B do artigo 27 da Lei 8.247/91, incluído pela Lei 13.465 de 11/07/2017. Para mais informações - tel.: (11) 3113-1001. Os interessados devem consultar as condições de pagamento e venda dos imóveis disponíveis nos sites: www.BANCO.BRADERCO/LEILAOES e www.FREITASLEILOIRO.com.br

Câmara de Salvador. 43 vereadores e você.

VERA ROSA, MARIANA HAUBERT E CAMILA TURTELLI
Estadão Conteúdo, Brasília

No mesmo dia em que desembarcou no Congresso para entregar a proposta de reforma da Previdência, o presidente Jair Bolsonaro indicou que o governo partirá para negociações no varejo com deputados e distribuirá cargos nos estados aos partidos que integrarem sua base de apoio na Câmara e no Senado. O governo vai criar agora uma plataforma, batizada no Palácio do Planalto como “banco de talentos”, na qual parlamentares aliados poderão fazer indicações para vagas do segundo escalão.

O modelo que será adotado nos próximos dias foi desenvolvido pela Controladoria Geral da União (CGU) e fixa critérios para as nomeações, como experiência na área, tempo de atuação no serviço público e formação acadêmica. Embora a medida coincida com a necessidade de votação do projeto que prevê mudanças na aposentadoria, considerado prioritário para o ajuste das contas públicas, o Planalto

nega a barganha política em troca de apoio.

A ideia é que os deputados e senadores da base de sustentação do governo no Congresso apresentem currículos de “técnicos” para as vagas disponíveis. As indicações serão avaliadas pelos ministros, que farão uma espécie de processo seletivo, podendo até mesmo recrutar militares da reserva.

O novo sistema de preenchimento do segundo escalão revogará uma ordem do próprio Bolsonaro. Se antes a proibição era para conter brigas regionais de aliados, que se queixavam de uma dança indiscriminada das cadeiras, agora o “reprelamento” na distribuição dos cargos provoca insatisfações. A esse cenário se soma a falta de liberação das emendas parlamentares.

Para amarrar a adesão ao governo, o “banco de talentos” também vai apontar quem são os padrinhos políticos de cada um dos nomeados. “Não é um tema lá, dá cá, mas, sim, uma forma de os parlamentares serem responsáveis pelas indicações”, afirmou o deputado Filipe Barros (PSL-PR).

Para melhorar cada vez mais nossa cidade, a Câmara de Salvador conta com uma colaboração especial: a sua.

Fiscalizar, promover soluções, criar leis, votar propostas, discutir a cidade. Esse é o dia a dia da Câmara. E fazer parte dele nunca foi tão fácil. Através do portal, ouvidoria e redes sociais, você participa das discussões, acompanha os debates e dá sugestões. Para ver como atuam os vereadores e ficar por dentro dos temas que influenciam nosso dia a dia, sintonize na TV Câmara (canal digital 61.4) ou na Rádio Câmara (105.3 FM). Informe-se e colabore com as decisões para nossa cidade. Juntos, vamos fazer uma Salvador cada vez melhor.



www.cms.ba.gov.br

ARTICULAÇÃO

Governo cria canal para negociar nomeações

VERA ROSA, MARIANA HAUBERT E CAMILA TURTELLI
Estadão Conteúdo, Brasília

No mesmo dia em que desembarcou no Congresso para entregar a proposta de reforma da Previdência, o presidente Jair Bolsonaro indicou que o governo partirá para negociações no varejo com deputados e distribuirá cargos nos estados aos partidos que integrarem sua base de apoio na Câmara e no Senado. O governo vai criar agora uma plataforma, batizada no Palácio do Planalto como “banco de talentos”, na qual parlamentares aliados poderão fazer indicações para vagas do segundo escalão.

O modelo que será adotado nos próximos dias foi desenvolvido pela Controladoria Geral da União (CGU) e fixa critérios para as nomeações, como experiência na área, tempo de atuação no serviço público e formação acadêmica. Embora a medida coincida com a necessidade de votação do projeto que prevê mudanças na aposentadoria, considerado prioritário para o ajuste das contas públicas, o Planalto

nega a barganha política em troca de apoio.

A ideia é que os deputados e senadores da base de sustentação do governo no Congresso apresentem currículos de “técnicos” para as vagas disponíveis. As indicações serão avaliadas pelos ministros, que farão uma espécie de processo seletivo, podendo até mesmo recrutar militares da reserva.

O novo sistema de preenchimento do segundo escalão revogará uma ordem do próprio Bolsonaro. Se antes a proibição era para conter brigas regionais de aliados, que se queixavam de uma dança indiscriminada das cadeiras, agora o “reprelamento” na distribuição dos cargos provoca insatisfações. A esse cenário se soma a falta de liberação das emendas parlamentares.

Para amarrar a adesão ao governo, o “banco de talentos” também vai apontar quem são os padrinhos políticos de cada um dos nomeados. “Não é um tema lá, dá cá, mas, sim, uma forma de os parlamentares serem responsáveis pelas indicações”, afirmou o deputado Filipe Barros (PSL-PR).

PREFEITURA MUNICIPAL DE BONITO
TOMADA DE PREÇOS TP01/19. Dia 12/02/19 às 9h. Objeto: serviço de provedor de acesso à internet (Banda Larga), manutenção de redes e computadores. Edital/Demais atos: www.pmbonito.ba.gov.br, tel.: 353432101. Bonito/MS, 10/02/19. Calixton Barbosa Nêves, Presidente da CPL.